RC
Legacy Planning Group, LLC

E-BOOK · EDIÇÃO 2026

DOLARIZE

Seu passo a passo para dolarizar o patrimônio da sua família

Este guia aborda os principais aspectos da dolarização patrimonial para famílias brasileiras, tais como:

1. **A importância da segurança jurídica nos investimentos**
2. **Passo a passo para iniciar a dolarização patrimonial**
3. **Investindo nos EUA: principais opções para brasileiros**



ROGER CORREA, LUTCF · RC LEGACY PLANNING GROUP

DOLARIZE · EDIÇÃO 2026

Sumário

01 Segurança jurídica no mercado de capitais – Brasil x Estados Unidos
Comparação entre o sistema jurídico dos EUA e do Brasil.

02 Dólar x Real: uma linha do tempo da desvalorização
O impacto da desvalorização do real na economia brasileira — dados atualizados até 2026.

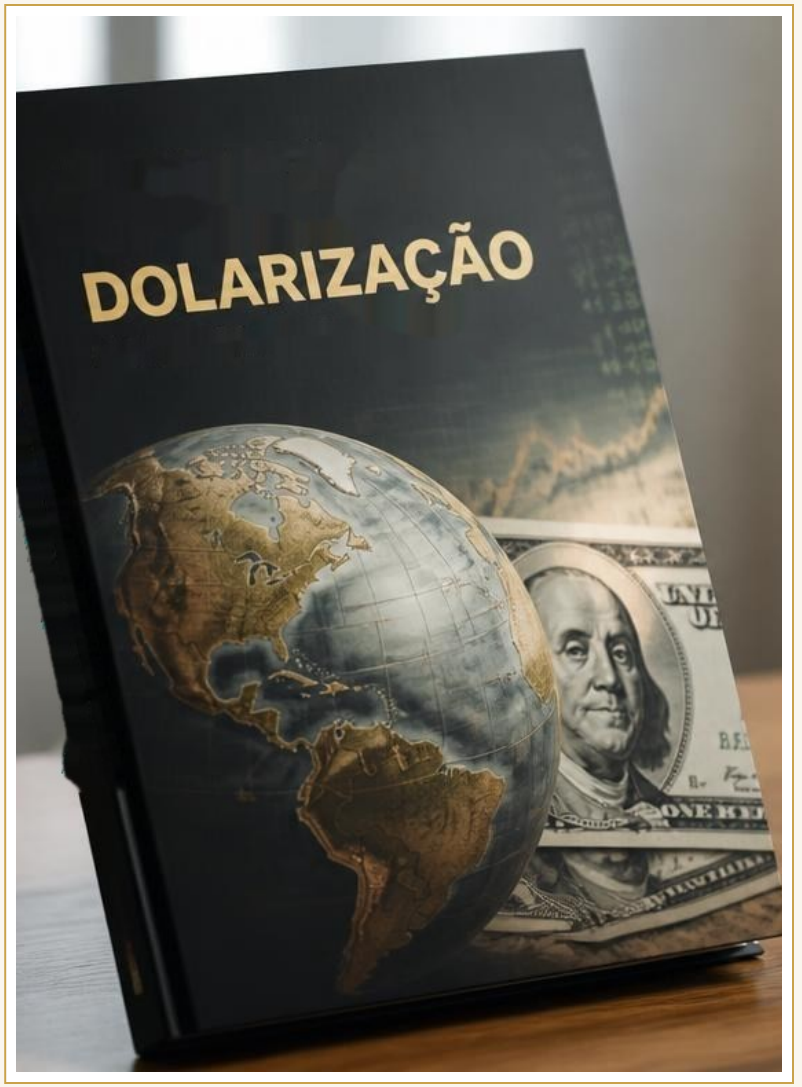
03 Dolarização patrimonial: um passo a passo
Passos estratégicos para garantir estabilidade, segurança e crescimento.

04 Imposto sobre transferência para não cidadãos
Tabela de regras de imposto — valores de 2026.

05 Investindo nos EUA: principais opções para brasileiros
Principais investimentos nos EUA.

06 Estruturas offshore: proteção e planejamento sucessório
Como manter os ativos em jurisdições estrangeiras — e a Roda do Planejamento RC Legacy.

07 O papel da consultoria profissional para decisões seguras
A importância de trabalhar com consultores experientes.



CAPÍTULO 1

Segurança jurídica no mercado de capitais – Brasil x Estados Unidos

Investir no Brasil é enfrentar um ambiente marcado por instabilidade regulatória, complexidade tributária e volatilidade econômica. Apesar de esforços para modernizar o mercado de capitais brasileiro, questões como insegurança jurídica e incertezas políticas continuam impactando negativamente a confiança de investidores. Esses fatores tornam o crescimento sustentável e a proteção patrimonial um grande desafio para aqueles que dependem exclusivamente de ativos locais.

O mercado de capitais brasileiro, embora tenha evoluído, representa uma fração mínima do cenário global. A capitalização total das empresas listadas na **B3** é de aproximadamente **US$ 1,3 trilhão**, menos de **2%** da capitalização global, que é estimada em **US$ 135 trilhões**, segundo o índice WCAWORLD da Bloomberg. Comparativamente, o mercado americano representa cerca de **51%** da capitalização global, somando **US$ 68,85 trilhões**. Esses são dados da S&P Dow Jones Indices, o S&P 500, que inclui as 500 empresas líderes dos EUA.



Essa disparidade evidencia o alcance limitado do mercado brasileiro e sua vulnerabilidade a crises internas.

Enquanto os Estados Unidos oferecem um ambiente jurídico robusto e previsível, o Brasil enfrenta problemas recorrentes de instabilidade regulatória e falta de transparência. Por exemplo, alterações frequentes em legislações tributárias tornam difícil para investidores planejarem a longo prazo, impactando diretamente a confiança necessária para manter ou expandir investimentos no país. A consequência de ignorar essas limitações pode ser desastrosa: perdas patrimoniais significativas e a impossibilidade de acessar mercados globais mais seguros e lucrativos.

Nos Estados Unidos, a segurança jurídica é a base do sucesso econômico. Com um sistema legal transparente e instituições financeiras sólidas, investidores têm a confiança de que seus contratos e investimentos estão protegidos por um ambiente altamente regulado. Isso contrasta fortemente com o Brasil, onde a falta de previsibilidade nas decisões judiciais e administrativas muitas vezes expõe investidores a riscos desnecessários.

> Além disso, os EUA atraem capital global por oferecerem **estabilidade mesmo em momentos de crise**, como demonstrado em 2008 e 2020.



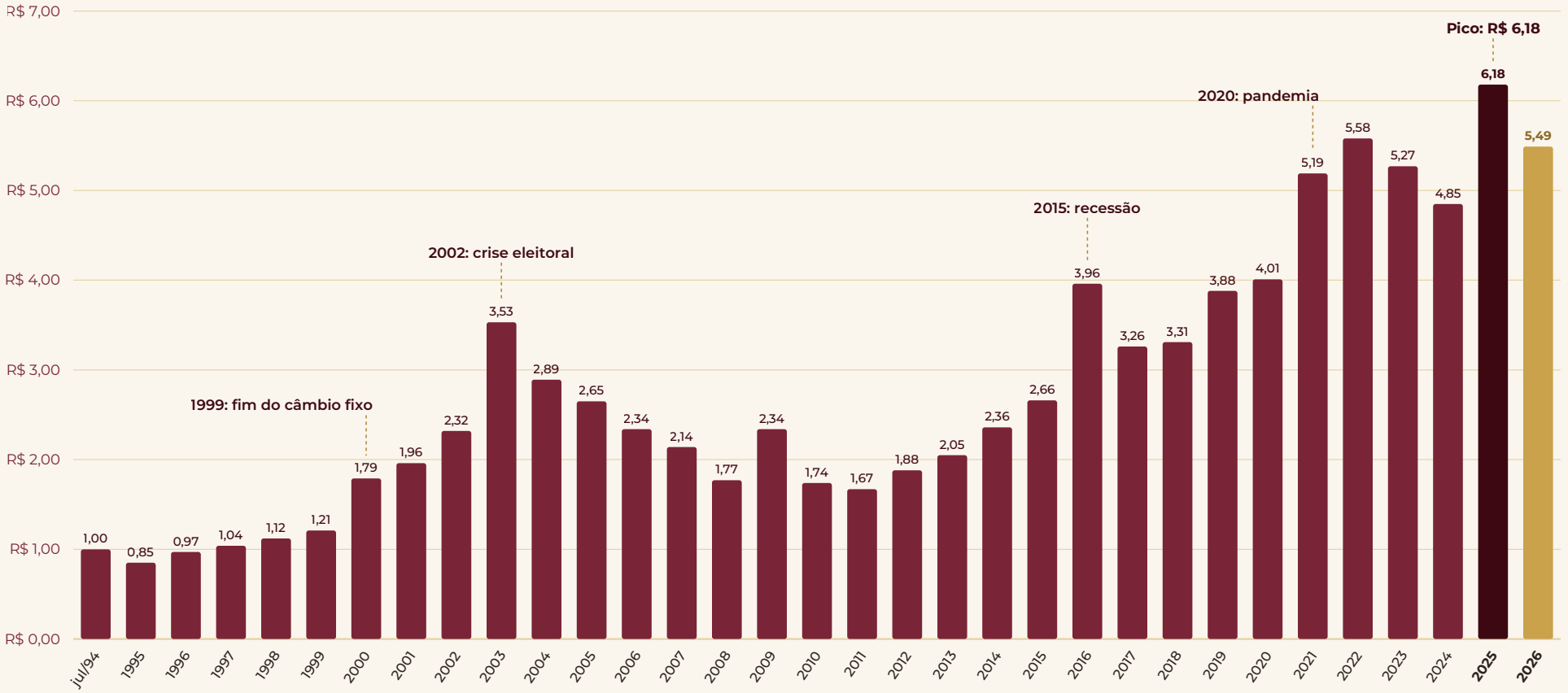
CAPÍTULO 2

Dólar x Real: uma linha do tempo da desvalorização

JUL/1994 → JAN/2026

R$ 1,00 → R$ 5,49

COTAÇÃO DO DÓLAR (R$ / US$) NO INÍCIO DE CADA ANO



*Cotação do dólar comercial no fechamento do último pregão do ano anterior (ponto de partida de cada ano). "jul/94" = paridade de lançamento do Plano Real (US$ 1 = R$ 1,00). Fontes: Banco Central do Brasil e B3; compilação RC Legacy Planning Group. Valores arredondados em duas casas decimais.

+449%
alta do dólar frente ao real desde o lançamento do Plano Real (R$ 1,00 → R$ 5,49)

−82%
perda de valor do real medido em dólar no mesmo período

~57%
das reservas cambiais do mundo estão em dólar (FMI, 2º tri/2026)

Desde o lançamento do Plano Real, em julho de 1994 — quando US$ 1 valia R$ 1,00 —, até o início de janeiro de 2026 (R$ 5,49), o **dólar acumulou uma alta de aproximadamente 449% frente ao real**. Dito de outra forma: **o real perdeu cerca de 82% do seu valor em dólar**. No pico de janeiro de 2025, quando o dólar chegou a R$ 6,18, essa perda passava de 83%.

Mesmo com a recuperação do real em 2025 — quando o dólar recuou cerca de 11% —, a tendência de longo prazo continua clara. Essa volatilidade cambial reflete a fragilidade do ambiente econômico brasileiro, impactando significativamente o poder de compra e a economia do país. Em contraste, o dólar se consolidou como a principal moeda de reserva global, representando **cerca de 57% das reservas cambiais internacionais**.

Esses números deixam claro que investir em dólar não é apenas uma alternativa, mas uma necessidade para quem busca proteger e expandir seu patrimônio.

Ainda nesse contexto, o período entre 1994 e 1999, durante o início do Plano Real, foi marcado por uma estratégia econômica voltada para estabilizar a moeda brasileira e controlar a hiperinflação que assolava o país nos anos anteriores. O real conseguiu manter uma certa estabilidade em relação ao dólar devido a uma combinação de fatores econômicos e políticos. Veja a seguir os principais pontos.



1994 – 1999

Por que o real se manteve estável nos primeiros anos

ANCORAGEM CAMBIAL

- O Plano Real implementou um sistema de câmbio fixo ou semifixo, em que o valor do real era atrelado ao dólar.
- O objetivo era transmitir confiança à população e aos investidores de que o governo manteria o poder de compra da moeda.

Essa política ajudou a estabilizar os preços, pois muitos produtos importados tinham seus preços em dólar.

ENTRADA DE CAPITAIS ESTRANGEIROS

- O Brasil atraiu grande volume de investimentos estrangeiros devido às altas taxas de juros oferecidas pelos títulos públicos, uma política conhecida como “câmbio administrado”.
- Isso ajudou a manter as reservas internacionais relativamente estáveis, sustentando a paridade cambial.

FATORES EXTERNOS

- A década de 1990 foi marcada por um cenário internacional relativamente favorável para mercados emergentes, com maior fluxo de capital para países como o Brasil.
- Além disso, o governo realizou privatizações de estatais, que trouxeram recursos ao país e fortaleceram as contas públicas.

CONTROLE DA INFLAÇÃO

- A estabilização cambial foi acompanhada de políticas monetárias rígidas, como a elevação das taxas de juros para atrair capital estrangeiro.
- A inflação, que ultrapassava 2.000% ao ano antes do Plano Real, caiu drasticamente para menos de 10% em poucos anos.

CREDIBILIDADE INICIAL DO PLANO REAL

- O Plano Real foi lançado com amplo apoio político e da sociedade. A confiança gerada pela estabilidade cambial fez com que as pessoas acreditassem na nova moeda.
- O uso de uma política fiscal mais controlada no início do plano também contribuiu para sua credibilidade.





Crise cambial de 1999 – o fim da estabilidade

A estabilidade cambial chegou ao fim em 1999, quando o Brasil enfrentou uma crise financeira. O período de 1994 a 1999 foi crucial para a estabilização econômica inicial, mas dependia de políticas insustentáveis a longo prazo, especialmente em relação à dependência de capital estrangeiro e à manutenção de juros elevados. Entre vários motivos, os principais incluem:

CRISES EXTERNAS

Como a crise asiática (1997) e a crise russa (1998), que reduziram o apetite dos investidores por ativos de mercados emergentes.

DESAJUSTES FISCAIS INTERNOS

Com o aumento do déficit público brasileiro, tornou-se insustentável manter a paridade cambial.

PRESSÃO SOBRE AS RESERVAS

As reservas internacionais caíram rapidamente devido à fuga de capitais.

Em janeiro de 1999, o governo abandonou o câmbio fixo e adotou o **câmbio flutuante**. Isso levou a uma desvalorização significativa do real frente ao dólar — de R$ 1,21 no início de 1999 para R$ 1,79 no início de 2000.

CAPÍTULO 3

Dolarização patrimonial: um passo a passo

Para uma família brasileira interessada em proteger parte de seu patrimônio contra a desvalorização do real, o processo de dolarização e investimento nos Estados Unidos deve ser feito de forma estratégica e alinhada às normas legais. Abaixo, apresento um passo a passo detalhado.



1
AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO E PLANEJAMENTO FINANCEIRO

2
REGULARIZAÇÃO E CONFORMIDADE FISCAL

3
ESCOLHA DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

4
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS

1 AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO E PLANEJAMENTO FINANCEIRO

- **Análise de riscos e objetivos:** determine quanto do patrimônio será dolarizado e o objetivo desses recursos (investimentos, reserva de emergência em dólar, compra do primeiro imóvel nos EUA etc.).
- **Consultoria profissional:** contrate um consultor financeiro com experiência em mercados internacionais e dolarização para elaborar uma estratégia personalizada. Todos nós temos objetivos e metas pessoais, e uma receita de bolo não serve para todos. Por isso, precisamos olhar a dolarização de forma holística, um "approach 360" sobre nosso patrimônio.

AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

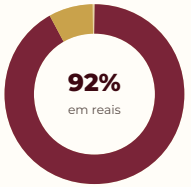
Família Paulo

exemplo ilustrativo

PATRIMÔNIO TOTAL

R$ 20,0 milhões

≈ US$ 3,6 milhões (R$ 5,49 / US$)



COMPOSIÇÃO DOS ATIVOS

Imóveis no Brasil	45%
Empresa familiar	30%
Aplicações financeiras no Brasil	17%
Investimentos nos EUA (US$)	8%

META DE DOLARIZAÇÃO

Hoje: 8% Meta: 30%

Próximo passo

Dolarizar cerca de R$ 4,4 milhões, em etapas, com estrutura sucessória definida antes.

Valores fictícios, apenas para ilustrar a análise.

2 REGULARIZAÇÃO E CONFORMIDADE FISCAL



QUANTO MAIOR O PATRIMÔNIO, MAIOR O PESO DO IMPOSTO

- **Declaração de Capitais Brasileiros no Exterior (CBE) ao Banco Central:** pessoas físicas e jurídicas residentes no Brasil cujos ativos no exterior (contas bancárias, imóveis, investimentos, participações) somem **US$ 1 milhão ou mais em 31 de dezembro** do ano-base devem entregar a declaração anual do CBE — o limite era de US$ 100 mil até 2022 e foi elevado pela Resolução BCB nº 279/2022. Quem tem US$ 100 milhões ou mais também declara trimestralmente. **Prazo:** a declaração anual é entregue entre 15 de fevereiro e 5 de abril do ano seguinte. **Penalidades:** a omissão ou erro na declaração pode gerar multas de até R$ 250 mil.
- **Contador no Brasil:** você precisa de um contador que entenda como efetuar as declarações corretas na hora de transferir patrimônio para fora do Brasil. Estar em conformidade com o Leão brasileiro é a forma de dar o pontapé inicial.
- **Classificação da remessa:** toda remessa ao exterior é registrada pela instituição de câmbio de acordo com a sua finalidade (por exemplo, disponibilidade no exterior ou investimento). Desde o novo marco cambial (Lei nº 14.286/2021, em vigor desde 2023), o enquadramento é feito pela instituição com base nas informações prestadas pelo cliente — guarde os contratos e comprovantes.
- **Imposto de Renda:** certifique-se de que os valores a serem transferidos estão devidamente declarados no Brasil. Recursos não declarados podem gerar problemas legais. Na Declaração Anual do IRPF, o valor enviado ao exterior deve constar da ficha de Bens e Direitos, no código correspondente ao tipo de bem (depósito em conta no exterior, imóveis, ações ou outros investimentos), indicando país, instituição financeira e saldo ao final do ano. Os valores são convertidos para reais pela cotação oficial do dólar em 31 de dezembro do ano-base.
- **Rendimentos no exterior:** desde 2024, juros, dividendos e ganhos de aplicações financeiras no exterior de pessoas físicas são tributados à alíquota de **15% na declaração anual** (Lei nº 14.754/2023). Aluguéis e outros rendimentos seguem regras próprias.
- **Assessoria tributária:** trabalhe com um contador especializado em tributação internacional para evitar bitributação e garantir o cumprimento das normas brasileiras e americanas.

3 ESCOLHA DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

- **Abertura de conta no Brasil:** escolha um banco brasileiro que ofereça serviços de remessa internacional para facilitar transferências para os EUA. Os grandes bancos brasileiros oferecem serviços de abertura de contas no exterior.
- **Abertura de conta nos EUA:** abra uma conta em um banco americano. Algumas opções populares incluem Bank of America, Chase ou instituições digitais como Wise, que facilitam transações internacionais.

4 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS

- **Remessas via instituição autorizada pelo Banco Central:** use uma instituição de câmbio credenciada para realizar a transferência dos fundos. Certifique-se de obter comprovantes para fins de controle fiscal.
- **Cotação competitiva:** compare taxas de câmbio entre diferentes instituições para obter a melhor conversão possível.
- **Divisão em parcelas:** para grandes valores, considere realizar a transferência em etapas, minimizando a exposição a flutuações cambiais.



CAPÍTULO 4

Imposto sobre transferência para não cidadãos

TABELA DE REGRAS DE IMPOSTO · 2026

Este capítulo oferece uma visão geral das regras de imposto sobre herança e doação para residentes e não residentes nos Estados Unidos em **2026**. Discutimos os principais princípios de tributação, destacando as diferenças nas obrigações fiscais com base no status de residência e cidadania, explicamos as regras gerais de localização de bens, que determinam a tributação de vários tipos de ativos, e oferecemos diretrizes sobre a localização de diferentes tipos de propriedades.

Uma tabela-resumo é incluída para esclarecer os valores de isenção, deduções maritais e regras de divisão de doações para diferentes cenários de falecido e cônjuge sobrevivente.

Ao entender essas regras, indivíduos e consultores podem navegar melhor pelas complexidades dos impostos sobre herança e doação em um contexto global, garantindo um planejamento eficaz e em conformidade com as leis fiscais dos Estados Unidos.



Tabela de imposto sobre transferência para não cidadãos

RESUMO DE PLANEJAMENTO PATRIMONIAL PARA 2026

As informações de planejamento patrimonial abaixo são um resumo geral das regras de imposto sobre herança e doação para residentes e não residentes. Os tratados entre os Estados Unidos e os países de origem dos não cidadãos podem alterar essas regras gerais.*

Geralmente, os Estados Unidos tributam residentes fiscais e cidadãos sobre seus ativos em todo o mundo. Se a pessoa não tiver domicílio nos EUA, ela pode ser considerada um estrangeiro não residente. Para estrangeiros não residentes, os impostos sobre transferência se aplicam apenas aos ativos que têm *situs* nos Estados Unidos.

REGRAS GERAIS PARA LOCALIZAÇÃO

Tipo de imposto	Cidadão americano	Residente permanente (Green Card holder)	Estrangeiro não residente (NRA)
Imposto sobre doação	Doações em todo o mundo estão sujeitas ao imposto sobre doação dos EUA.	Doações em todo o mundo estão sujeitas ao imposto sobre doação dos EUA.	Doações de bens imóveis e tangíveis localizados nos EUA estão sujeitas ao imposto sobre doação dos EUA. Doações de bens intangíveis localizados nos EUA e doações de bens fora dos EUA não estão sujeitas ao imposto sobre doação americano.
Imposto sobre herança	Bens em todo o mundo estão sujeitos ao imposto sobre herança dos EUA.	Bens em todo o mundo estão sujeitos ao imposto sobre herança dos EUA.	Bens localizados nos EUA estão sujeitos ao imposto sobre herança americano.

* Os residentes de Porto Rico, nascidos ou naturalizados em Porto Rico, são considerados estrangeiros não residentes para fins de impostos sobre doações e herança.

Diretrizes gerais de localização para imposto sobre doação de estrangeiros não residentes (NRA)

Tipo de propriedade	Sujeita ao imposto sobre doação	Não sujeita ao imposto sobre doação
Regra geral	Propriedade imóvel e pessoal tangível localizadas nos EUA no momento da transferência.	Propriedade fora dos EUA, mesmo que a doação seja para um cidadão ou residente dos EUA. Não é *situs** se for propriedade pessoal intangível.
Dinheiro	Doações em dinheiro estão sujeitas ao imposto sobre doação.	Doações dentro da exclusão anual (**US$ 19.000 por beneficiário em 2026**).
Propriedade imóvel	Propriedade imóvel (edifício, instalações e melhorias) localizada nos EUA.	Propriedade imóvel fora dos EUA.
Propriedade pessoal tangível	Propriedade fisicamente nos EUA. Dinheiro/moeda, seja em dólares americanos ou moeda estrangeira, é tratado como propriedade tangível e incorrerá em imposto sobre doação se a doação for feita nos EUA.	Propriedade fora dos EUA.
Contas bancárias, de corretagem e fiduciárias (propriedade intangível)	Não sujeitas ao imposto sobre doação. Isso é diferente do imposto sobre herança.	Propriedade pessoal intangível, mesmo que localizada nos EUA.

***"Situs"** é um termo usado no direito tributário para determinar a jurisdição ou localidade que tem autoridade para tributar um determinado bem ou transação. Em outras palavras, é o local onde um ativo é considerado situado para fins de aplicação das leis fiscais (propriedade localizada nos EUA; ativos situados nos EUA; bens situados nos EUA). Neste e-book traduzimos o termo como *localização de bens*.

Continuação: localização para imposto sobre doação de estrangeiros não residentes (NRA)

Tipo de propriedade	Sujeita ao imposto sobre doação	Não sujeita ao imposto sobre doação
Ações (propriedade intangível)	Não sujeitas ao imposto sobre doação. Isso é diferente do imposto sobre herança.	Propriedade pessoal intangível, mesmo que localizada nos EUA.
Anuidades (propriedade intangível)	Não sujeitas ao imposto sobre doação.	Propriedade pessoal intangível, mesmo que localizada nos EUA.
Seguro de vida	Não sujeito ao imposto sobre doação.	A apólice de seguro sobre a vida de um não residente pode ser transferida sem imposto sobre doação e não está sujeita ao período de retrospectiva de três anos sob o IRC Sec. 2042*.

*O Código de Receita Interna (IRC) Sec. 2042 trata da inclusão dos produtos de seguro de vida no patrimônio bruto do falecido para fins de imposto sobre herança nos Estados Unidos. Em termos simples, ele especifica as circunstâncias em que os valores recebidos de seguros de vida devem ser considerados parte do patrimônio de uma pessoa falecida.

Normalmente, nos Estados Unidos, se alguém doa uma apólice de seguro de vida e morre dentro de três anos após a doação, o valor da apólice é incluído no cálculo do imposto sobre herança. Mas, no caso de uma apólice de seguro de vida de um não residente, essa regra de três anos não se aplica, isto é, o valor da apólice não será incluído no cálculo do imposto sobre herança nos Estados Unidos.

Diretrizes gerais de localização para imposto sobre herança de estrangeiros não residentes (NRA)

Tipo de propriedade	Sujeita ao imposto sobre herança	Não sujeita ao imposto sobre herança
Regra geral	Bens situados ou titulados dentro dos EUA devem ser totalmente divulgados no Formulário 706-NA*.	Geralmente, bens não situados nos EUA não precisam ser divulgados.
Dinheiro	Propriedade fisicamente localizada dentro dos EUA.	Propriedade na posse do estrangeiro se apenas visitando temporariamente os EUA.
Propriedade imóvel	Propriedade imóvel (edifício, instalações e melhorias) localizada nos EUA.	Propriedade imóvel fora dos EUA.
Propriedade pessoal tangível	Propriedade fisicamente localizada dentro dos EUA.	Propriedade tangível em posse do estrangeiro se apenas visitando temporariamente os EUA.
Planos de aposentadoria qualificados	Ativos mantidos por trusts de planos representando trabalho para uma empresa dos EUA.	Não aplicável.
Ações	Ações emitidas por uma corporação dos EUA, independentemente da localização física dos certificados.	Ações emitidas por uma corporação estrangeira, independentemente da localização física dos certificados.

*O **Formulário 706-NA** é utilizado para calcular o imposto sobre herança e sobre transferências de salto geracional (GST) de indivíduos não residentes nos EUA que possuem ativos situados no país. Ele é exigido quando o valor dos bens situados nos EUA (somado às doações tributáveis feitas em vida) ultrapassa **US$ 60.000**, e deve ser apresentado pelo executor do espólio ao IRS em até 9 meses após o falecimento, com possibilidade de prorrogação de 6 meses. A não apresentação no prazo pode resultar em multas e juros. Os ativos considerados incluem imóveis, bens pessoais tangíveis, ações de empresas dos EUA e obrigações de dívida de emissores americanos — mesmo ações fisicamente guardadas fora dos EUA estão sujeitas ao imposto. Consulte sempre as instruções mais recentes no site do IRS (irs.gov).

Diretrizes gerais de localização para imposto sobre herança de estrangeiros não residentes (NRA)

Tipo de propriedade	Sujeita ao imposto sobre herança	Não sujeita ao imposto sobre herança
Contas bancárias, de corretagem e fiduciárias (propriedade intangível)	Fundos mantidos por bancos dos EUA ou outras instituições financeiras, se usados em conjunto com um comércio ou negócio dos EUA de propriedade do falecido; fundos mantidos em contas de corretagem; depósitos com agências domésticas de bancos estrangeiros estão sujeitos ao requisito de comércio e negócios.	Contas de poupança, contas correntes ou certificados de depósito emitidos por um banco dos EUA, se não usados em conjunto com um comércio ou negócio dos EUA de propriedade do falecido; fundos mantidos em uma conta de custódia de banco dos EUA; fundos depositados em uma agência estrangeira.
Anuidades	O valor de qualquer anuidade emitida por uma companhia de seguros dos EUA*.	O valor de qualquer anuidade emitida por uma companhia de seguros estrangeira ou uma anuidade em que o anuente não tem propriedade (titularidade).
Seguro de vida	O valor de uma apólice sobre a vida de outra pessoa, emitida por uma companhia de seguros licenciada nos EUA e de propriedade do falecido.	O valor do benefício por morte de uma apólice de seguro sobre a vida do falecido, independentemente do país de origem da companhia de seguros.
Interesse beneficiário em um trust	Verifique os ativos subjacentes no trust para determinar se está sujeito às regras de localização (*situs*).	Se o trust possuir ativos localizados fora dos EUA.
Títulos	Títulos do governo e corporativos são geralmente isentos sob uma das exceções do Código de Receita Interna.	Dívida soberana emitida.

*Não há autoridade direta, mas o valor de um contrato de anuidade emitido por uma companhia de seguros dos Estados Unidos para um residente de Porto Rico que possui cidadania americana em razão de nascimento ou naturalização/residência em Porto Rico provavelmente é incluído no patrimônio bruto dos Estados Unidos como propriedade dentro dos EUA sob o I.R.C. §2104.

Resumo do imposto sobre herança e doação de 2026

O valor de isenção aplicável é muito mais limitado para os impostos sobre herança e doação impostos a estrangeiros não residentes. Os valores de isenção e o limite anual de doação para cônjuges não cidadãos podem mudar anualmente, o que torna necessário atualizar esta tabela todo ano (consulte o ano-base).

Falecido / cônjuge sobrevivente	Valor de isenção aplicável do falecido	Dedução marital do imposto sobre herança	Interesse do falecido em propriedade conjunta com cônjuge	Exclusão anual de imposto sobre doação marital	Divisão de doação para um terceiro	Exclusão anual de imposto sobre doação
Cidadão americano / cidadão americano	**$15,000,000**	Ilimitada	50%	Ilimitada	Disponível	Disponível
Cidadão americano / residente estrangeiro	**$15,000,000**	Somente com QDOT	100%	**$194,000**	Disponível	Disponível
Cidadão americano / não residente estrangeiro	**$15,000,000**	Somente com QDOT	100%	**$194,000**	Não disponível	Disponível
Residente estrangeiro / cidadão americano	**$15,000,000**	Ilimitada	50%	Ilimitada	Disponível	Disponível
Residente estrangeiro / residente estrangeiro	**$15,000,000**	Somente com QDOT	100%	**$194,000**	Disponível	Disponível
Residente estrangeiro / não residente estrangeiro	**$15,000,000**	Somente com QDOT	100%	**$194,000**	Não disponível	Disponível
Não residente estrangeiro / cidadão americano	$60,000	Ilimitada	50%	Ilimitada	Não disponível	Disponível
Não residente estrangeiro / residente estrangeiro	$60,000	Somente com QDOT	100%	**$194,000**	Não disponível	Disponível
Não residente estrangeiro / não residente estrangeiro	$60,000	Somente com QDOT	100%	**$194,000**	Não disponível	Disponível

Valores de 2026: isenção de US$ 15.000.000 por pessoa para cidadãos e residentes (One Big Beautiful Bill Act, sem data de expiração e corrigida anualmente pela inflação a partir de 2027); exclusão anual de doação de US$ 19.000 por beneficiário; exclusão anual para doações a cônjuge não cidadão de US$ 194.000. QDOT = Qualified Domestic Trust. Fonte: IRS, Rev. Proc. 2025-32.

NOVIDADES DE 2026

O que mudou — e o que não mudou — para a família brasileira

ISENÇÃO DE CIDADÃOS E RESIDENTES

2025: $13,990,000

$15,000,000

Por pessoa (US$ 30 milhões por casal). Agora permanente, sem o "sunset" previsto para 2026.

DOAÇÃO ANUAL AO CÔNJUGE NÃO CIDADÃO

2025: $190,000

$194,000

Corrigida anualmente pela inflação.

EXCLUSÃO ANUAL DE DOAÇÃO

2025: $19,000

$19,000

Por beneficiário — sem alteração em 2026.

NÃO RESIDENTES (NRA)

2025: $60,000

$60,000

Sem correção desde 1988. Acima disso, alíquotas de até 40% sobre bens nos EUA.

Presta atenção nisso: a diferença entre um cidadão americano (US$ 15 milhões) e um brasileiro não residente (US$ 60 mil) é de **250 vezes**. Para quem tem imóveis, ações ou contas nos EUA, o planejamento sucessório não é opcional.

CONCLUSÃO

Este capítulo fornece um resumo das complexas regras de imposto sobre transferência para 2026, ressaltando a importância de um planejamento sucessório bem fundamentado. Na RC Legacy Planning Group, nossa vasta experiência e conhecimento nos permitem oferecer estratégias eficazes que maximizam os benefícios fiscais e protegem seus ativos.

CAPÍTULO 5

Investindo nos EUA: principais opções para brasileiros

Investir no mercado financeiro norte-americano como um **Non-Resident Alien (NRA)** é relativamente simples, desde que você tenha uma conta em uma corretora americana ou uma estrutura apropriada para operar, como uma offshore. O mercado financeiro dos EUA oferece uma ampla variedade de instrumentos financeiros, cada um com suas características e benefícios. Abaixo estão as principais opções de investimento disponíveis para NRAs.



ETFS (EXCHANGE-TRADED FUNDS)

- **O que são:** fundos de investimento negociados como ações, que replicam índices de mercado, setores específicos ou estratégias de investimento.
- **Vantagens:** diversificação, baixo custo de administração e liquidez.
- **Exemplo:** ETFs do S&P 500 como o SPY ou Vanguard Total Stock Market (VTI).

REITS (REAL ESTATE INVESTMENT TRUSTS)

- **O que são:** empresas que possuem e operam ativos imobiliários, permitindo investimento no setor sem compra direta de imóveis.
- **Vantagens:** alta liquidez, exposição ao mercado imobiliário e distribuição obrigatória de 90% dos lucros aos acionistas.
- **Exemplo:** REITs comerciais (Prologis), residenciais (AvalonBay) ou especializados (Digital Realty, data centers).



BONDS (TÍTULOS DE DÍVIDA)

Bonds governamentais

- **O que são:** emitidos pelo Tesouro dos EUA (*Treasuries*), são considerados de baixo risco.
- **Opções:** Treasury Bills (curto prazo), Treasury Notes (médio prazo) e Treasury Bonds (longo prazo).
- **Vantagem:** segurança e isenção de impostos estaduais para NRAs em muitos casos.

Bonds corporativos

- **O que são:** emitidos por empresas americanas, podem oferecer rendimentos maiores que os governamentais, mas com maior risco.
- **Exemplo:** bonds de empresas como Apple ou General Motors.

BONDS PRIVADOS (HIGH-YIELD)

- **O que são:** títulos de empresas com menor grau de crédito, mas com maior rendimento potencial.
- **Risco:** exposição ao calote.

AÇÕES DE EMPRESAS AMERICANAS E GLOBAIS

- **O que são:** compra de participações em empresas listadas nas bolsas americanas (NYSE, NASDAQ).
- **Vantagens:** potencial de crescimento de capital e dividendos. Dá acesso a gigantes como Apple, Amazon, Microsoft e empresas globais com ADRs (American Depositary Receipts).
- **Estratégia:** pode-se optar por ações de valor (empresas consolidadas) ou ações de crescimento (startups e tecnologia).

COMPRA DIRETA DE IMÓVEIS

- **O que são:** investimento em propriedades residenciais, comerciais ou industriais nos EUA.
- **Benefícios:** valorização do capital e renda passiva por meio de aluguéis; proteção patrimonial contra inflação.
- **Cuidados:** considerar impostos de propriedade e de sucessão; a gestão local pode ser necessária.

FUNDOS HEDGE (HEDGE FUNDS)

- **O que são:** fundos exclusivos que empregam estratégias sofisticadas para maximizar retornos, como alavancagem e arbitragem, caracterizados por sua flexibilidade.
- **Vantagens:** potencial para altos retornos.
- **Cuidados:** embora possam oferecer retornos elevados, geralmente apresentam riscos mais altos, podem ter altas taxas e exigem capital mínimo significativo, sendo mais indicados para investidores experientes e de alto patrimônio.



PRIVATE EQUITY

- **O que são:** investimento em empresas privadas ou em estágios iniciais que não estão listadas em bolsas de valores.
- **Vantagens:** potencial de retorno acima da média, com maior risco.
- **Exemplo:** participação em startups ou aquisição de participação em empresas em crescimento.

COMMODITIES

- **O que são:** investimentos em recursos naturais como ouro, petróleo, prata ou grãos.
- **Vantagens:** hedge contra inflação e diversificação.
- **Como investir:** via contratos futuros, ETFs ou fundos de commodities.

DERIVATIVOS (OPÇÕES E FUTUROS)

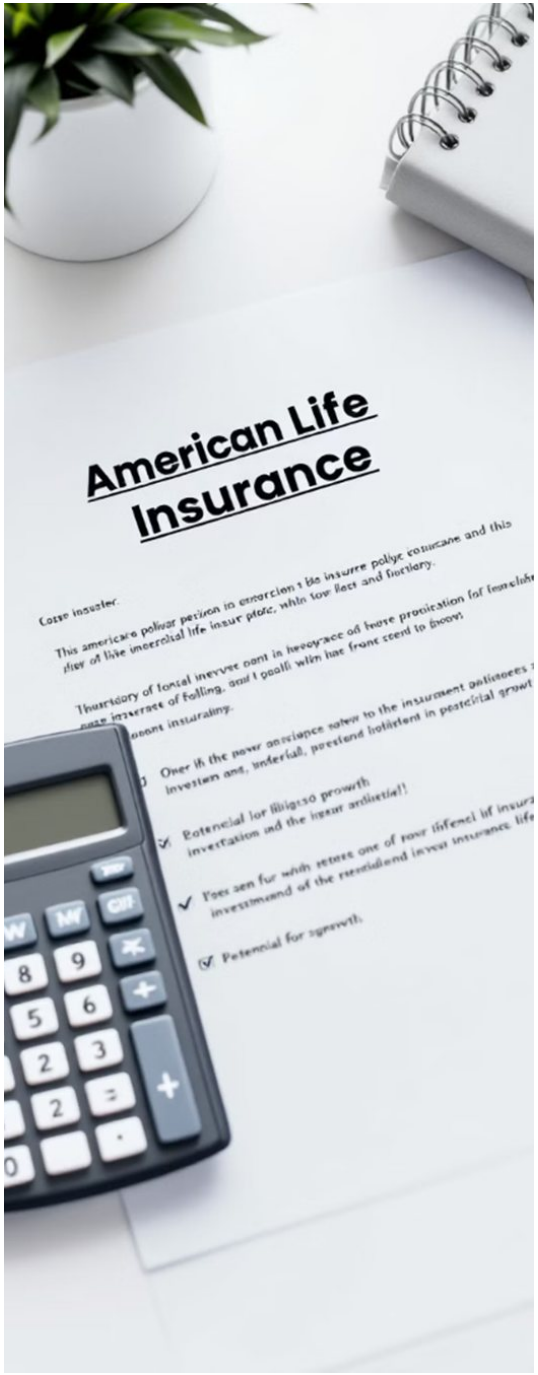
- **O que são:** contratos financeiros que derivam seu valor de um ativo subjacente, como ações ou commodities.
- **Opções:** direito (mas não obrigação) de comprar ou vender um ativo a um preço fixo.
- **Futuros:** contratos obrigatórios de compra ou venda de um ativo em data futura.
- **Cuidados:** alta complexidade e exposição a perdas rápidas.

OUTRAS OPÇÕES POPULARES

- **Certificados de Depósito (CDs):** alternativa segura para rendimentos fixos.
- **Investimentos ESG:** fundos e ações voltados para empresas sustentáveis.
- **Fintechs e crowdfunding:** plataformas que permitem investir em startups, imóveis ou negócios.

APÓLICES DE SEGURO DE VIDA EM DÓLAR (LIFE INSURANCE)

- **O que são:** seguros de vida com valores acumulados em dólar, que combinam proteção e componente de investimento.
- **Vantagens:** planejamento sucessório eficiente e crescimento do capital com diferimento fiscal.
- **Tipos:** Universal Life, Indexed Universal Life ou Whole Life.
- **Para não residentes:** o benefício por morte de uma apólice sobre a vida do próprio NRA não entra na base do estate tax americano — veja o Capítulo 4.





Vantagens de investir nos EUA como NRA

- **Mercado líder mundial:** acesso a ativos globais em um mercado altamente regulamentado.
- **Diversificação geográfica:** redução da exposição ao risco cambial e político do Brasil.
- **Estabilidade jurídica:** segurança para investidores internacionais.

Considerações fiscais e jurídicas

- **Tratados tributários:** o Brasil não possui tratado para evitar a bitributação da renda com os EUA, o que pode limitar benefícios fiscais.
- **Compliance:** certifique-se de atender aos requisitos do IRS (Internal Revenue Service) e da Receita Federal brasileira.
- **Custódia:** trabalhe com uma corretora americana ou plataforma confiável para administrar os ativos.

CAPÍTULO 6

Estruturas offshore: proteção e planejamento sucessório

Neste capítulo, você entenderá como as offshores funcionam, seus benefícios em termos de proteção patrimonial e planejamento sucessório, e os cenários em que a criação dessa estrutura pode ser especialmente vantajosa.

Na RC Legacy, nenhuma estrutura é desenhada isoladamente. A offshore é uma ferramenta — a decisão de usá-la nasce da **Roda do Planejamento RC Legacy**, que olha ao mesmo tempo para os seis temas da vida financeira da família, sempre em torno dos seus objetivos.

OS 7 PASSOS DESTA JORNADA

1. **Análise patrimonial e objetivos**
2. **Escolha da jurisdição**
3. **Estruturação da entidade**
4. **Planejamento fiscal**
5. **Abertura de conta bancária**
6. **Planejamento sucessório e gestão**
7. **Conformidade legal e relatórios**

> Presta atenção nisso: antes de abrir qualquer offshore, a pergunta certa é **qual tema da Roda ela resolve**. Se a resposta não estiver clara, talvez a estrutura não seja necessária — ou ainda não seja a hora.

A RODA DO PLANEJAMENTO RC LEGACY



1 Sucessão & Legado	Evitar o estate tax de até 40% sobre bens nos EUA
2 Fluxo de Caixa & Impostos	Conformidade com IRS e Receita Federal (Lei 14.754/2023)
3 Aposentadoria	Renda futura em moeda forte
4 Gestão de Riscos	Seguro de vida em dólar como liquidez sucessória
5 Patrimônio Líquido	Proteção patrimonial e segregação de riscos
6 Investimentos	Carteira global em dólar, titulada pela estrutura

ANTES, PORÉM, VAMOS ENTENDER O QUE SÃO TRUSTS

Trusts

Trust é uma estrutura legal que funciona como um “cofre inteligente”, onde você coloca seus bens e define regras claras para protegê-los e gerenciá-los. Ele é ideal para quem deseja garantir segurança, evitar conflitos sucessórios e planejar a transferência de patrimônio de forma eficiente e econômica.



1 PROTEÇÃO JURÍDICA E SUCESSÓRIA

- **Estruturação de trusts:** considere a criação de um trust ou outro veículo de proteção patrimonial nos EUA, identificando as partes envolvidas, definindo o objetivo familiar (herança, proteção contra litígios, redução de impostos etc.), escolhendo o tipo de trust, elegendo o responsável por cumprir as regras e elaborando o documento formal.
- **Planejamento sucessório:** invista em seguros e outros instrumentos que facilitem a transferência de patrimônio entre gerações.

2 MONITORAMENTO E REAVALIAÇÃO

- **Acompanhamento regular:** reavalie sua estratégia periodicamente, ajustando os investimentos conforme mudanças no mercado e nos objetivos familiares.
- **Atualização de documentos:** mantenha registros de todas as transações e declarações fiscais atualizados.

3 DICAS FINAIS

- Informe-se sobre os mercados internacionais e os riscos envolvidos.
- Construa um time de profissionais especializados, como consultores financeiros, advogados e contadores experientes em mercados americanos.
- Certifique-se de que todos os documentos necessários, como passaportes, comprovantes de residência e contratos, estejam em conformidade com os requisitos brasileiros e americanos.

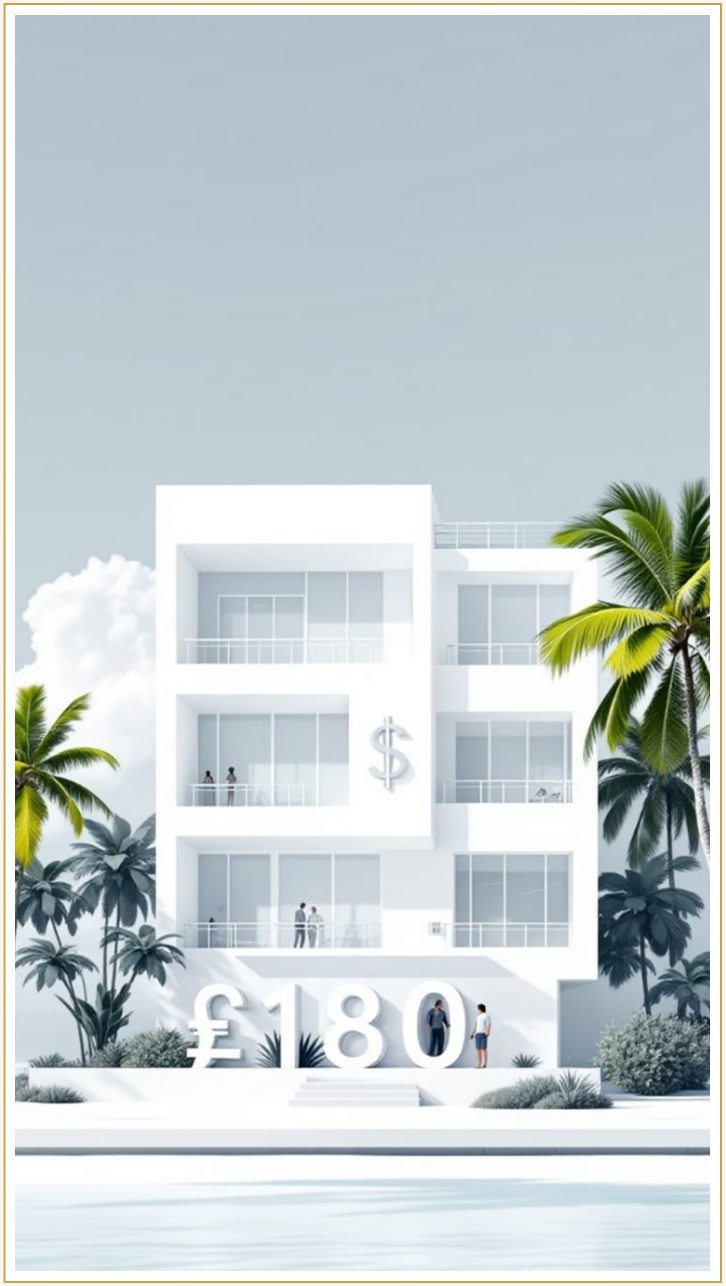
Offshore

Uma **offshore** é uma estrutura jurídica ou financeira criada em outro país, como uma "base" internacional, geralmente em jurisdições que oferecem vantagens fiscais, legais e administrativas. Empresas, contas bancárias ou trusts podem ser estabelecidos offshore para gerenciar bens e investimentos de forma estratégica.

A abertura de uma estrutura offshore pode ser uma estratégia eficaz para famílias brasileiras que desejam investir nos EUA e proteger seus bens dos impostos de herança americanos, especialmente para Non-Resident Aliens (NRAs), cuja isenção de imposto sucessório é limitada a apenas **US$ 60.000**.

POR QUE CONSIDERAR UMA ESTRUTURA OFFSHORE?

- **Mitigação do imposto de herança americano:** como NRA, os bens localizados nos EUA (*US situs property*) acima de US$ 60.000 estão sujeitos a imposto sucessório de até 40%.
- **Planejamento sucessório eficiente:** uma offshore permite maior controle e flexibilidade na transferência de bens entre gerações.
- **Organização e confidencialidade:** a estrutura centraliza a gestão dos ativos e preserva a confidencialidade da família perante terceiros — sempre dentro das regras de transparência fiscal (FATCA, CRS e declarações à Receita Federal).
- **Diversificação patrimonial:** permite o investimento em diversos ativos, como imóveis, ações, ETFs e seguros.



1 ANÁLISE PATRIMONIAL E OBJETIVOS

- **Análise patrimonial:** determine quais bens estão sujeitos a imposto de herança nos EUA (*US situs property*), como imóveis, ações de empresas americanas e outros ativos localizados nos EUA.
- **Defina os objetivos:** proteção patrimonial, planejamento sucessório, redução tributária ou diversificação de ativos.

2 ESCOLHA DA JURISDIÇÃO OFFSHORE

- Opte por uma jurisdição reconhecida por sua estabilidade e regulamentação, como Ilhas Cayman, Ilhas Virgens Britânicas (BVI) ou Bahamas, entre outras.
- Certifique-se de que a jurisdição oferece vantagens fiscais e suporte para estruturações legais e financeiras.

3 ESTRUTURAÇÃO DA ENTIDADE OFFSHORE

- **Estabeleça uma empresa offshore:** normalmente, uma Limited Liability Company (LLC) ou uma International Business Company (IBC) é criada para ser proprietária dos ativos.
- **Ativos em nome da offshore:** os bens nos EUA, como imóveis ou contas de investimento, devem ser registrados em nome da entidade offshore, e não diretamente no nome do investidor.



4 PLANEJAMENTO FISCAL

- **Consultoria internacional:** contrate advogados e contadores especializados em tributação internacional para garantir conformidade com as leis locais e americanas.
- **Evite a bitributação:** verifique os tratados entre o Brasil e a jurisdição offshore escolhida.
- **Transparência fiscal:** mantenha registros precisos e declare a estrutura conforme exigido pela Receita Federal brasileira e outras autoridades fiscais.
- **Atenção à Lei nº 14.754/2023:** desde 2024, os lucros de offshores de investimento controladas por pessoas físicas residentes no Brasil são tributados anualmente a 15%, mesmo sem distribuição, e os trusts passaram a ter regras próprias de tributação e declaração.

5 ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA OFFSHORE

- Abra uma conta corporativa em uma instituição financeira global para gerenciar os ativos e realizar operações.
- Certifique-se de que o banco oferece suporte à jurisdição da entidade offshore.

6 PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO E GESTÃO

- **Criação de trusts:** em alguns casos, um trust ou outro veículo sucessório pode ser adicionado para melhorar a proteção e o planejamento de longo prazo.
- **Nomeação de beneficiários:** defina claramente os beneficiários e os responsáveis pela administração.



7 CONFORMIDADE LEGAL E RELATÓRIOS

- **Declarações regulatórias:** certifique-se de que a estrutura offshore esteja em conformidade com o FATCA (Foreign Account Tax Compliance Act), o CRS (Common Reporting Standard) e as regras de declaração da Receita Federal brasileira e do Banco Central (IRPF e CBE).
- **Atualizações regulares:** monitore mudanças legislativas tanto no Brasil quanto nos EUA.
- **Trabalhe com especialistas** para garantir conformidade com as leis do país de origem e da jurisdição offshore.

QUANDO EVITAR UMA OFFSHORE

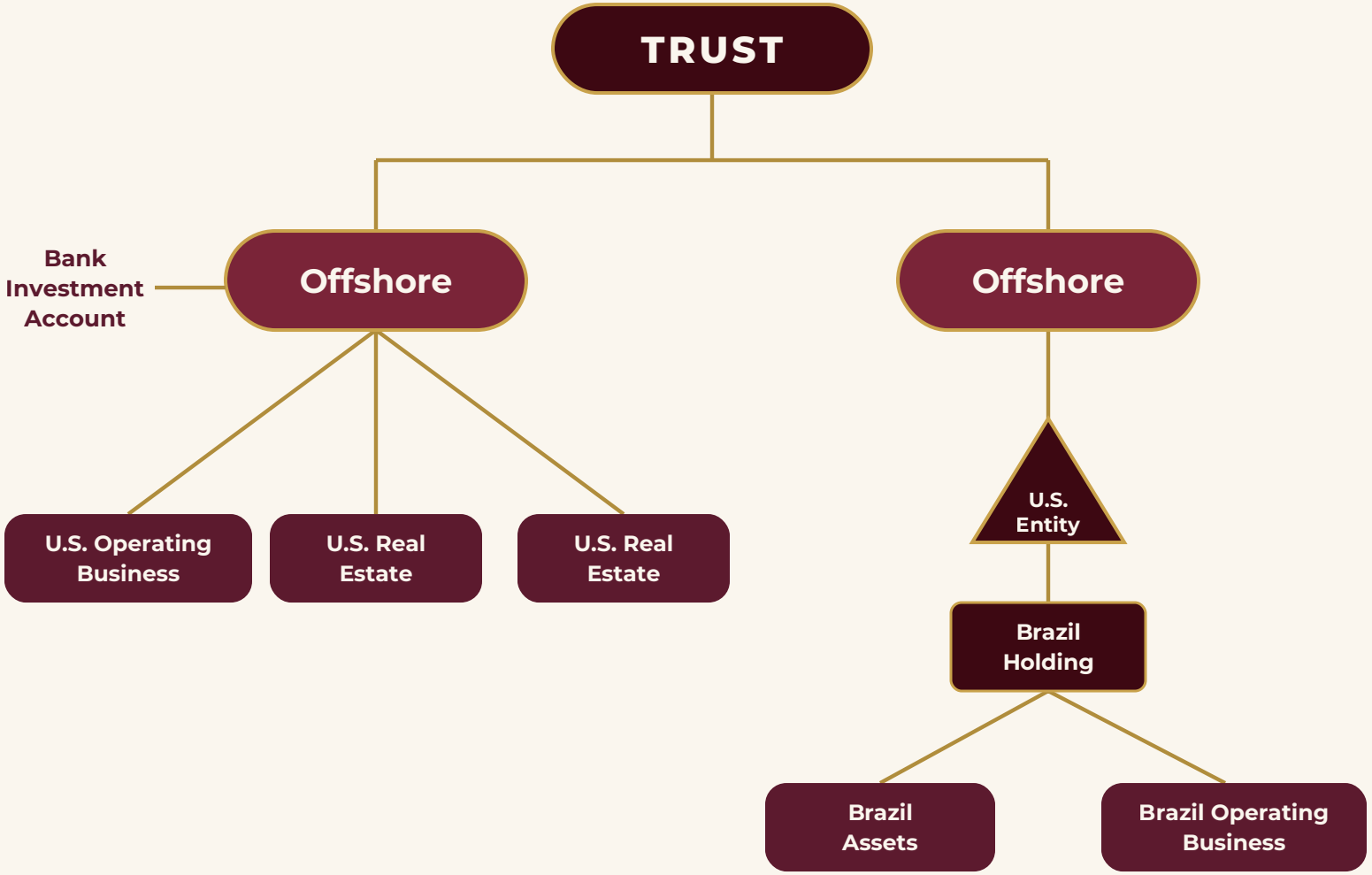
- Se os ativos totais são modestos e não justificam o custo de manutenção da estrutura.
- Se não houver clareza sobre as obrigações fiscais e legais que precisam ser cumpridas.

CONCLUSÃO

Para famílias brasileiras, abrir uma offshore pode ser uma excelente estratégia. No entanto, é essencial trabalhar com profissionais qualificados, incluindo advogados de planejamento sucessório, contadores internacionais e consultores financeiros, para garantir que a estrutura atenda às necessidades específicas da família e esteja em conformidade com as regulamentações fiscais e jurídicas.

EXEMPLO ILUSTRATIVO

Estrutura para NRA



Estrutura meramente ilustrativa. Cada família exige um desenho próprio, definido em conjunto com advogados e contadores nos EUA e no Brasil.

CAPÍTULO 7

O papel da consultoria profissional para decisões seguras

Dolarizar o patrimônio não é apenas uma decisão financeira — é um compromisso com a segurança, a estabilidade e o crescimento. Em tempos de incerteza econômica global, proteger seus recursos e garantir o futuro da sua família exige mais do que boas intenções; exige estratégias personalizadas e decisões fundamentadas.

É aqui que a experiência e a expertise de **Roger Correa** fazem toda a diferença. Com uma compreensão profunda das complexidades do mercado americano e das particularidades do perfil de famílias brasileiras, Roger há mais de 25 anos se dedica a criar soluções financeiras sob medida. Ele não apenas guia você no processo de dolarização, mas transforma essa jornada em uma oportunidade de crescimento sustentável.

Está pronto para dar o próximo passo?

Não deixe o futuro do seu patrimônio ao acaso. Entre em contato com Roger Correa hoje mesmo e descubra como transformar seus recursos em uma base sólida para o futuro.

AGENDE SUA CONSULTA

rcpatrimonial.com.br **+1 (786) 606-1375** **+55 (11) 91660-4214** **roger@rogercorrea.com**

Roger Correa, LUTCF — Financial Advisor, Series 7, 63 e 65. RC Legacy Planning Group, LLC. Este material tem caráter exclusivamente educativo e não constitui aconselhamento jurídico, tributário ou recomendação de investimento. Valores e regras vigentes em 2026, sujeitos a alteração; consulte seus advogados e contadores antes de qualquer decisão.

